



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

ATA Nº 3/2024/CONSUP/IFTO, DE 26 DE MARÇO DE 2024

1 Ata da terceira reunião extraordinária de dois mil e vinte quatro do Conselho
2 Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins — IFTO.
3 No dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, no Auditório
4 I da Reitoria do IFTO, reuniu-se, sob a presidência do reitor, Antonio da Luz Júnior, o
5 Conselho Superior do Instituto Federal do Tocantins. Foi registrada a presença dos
6 representantes do Colégio de Dirigentes — CODIR, Segmento Diretores-Gerais de
7 *Campi*: Gilvan Vieira Moura, primeiro titular; Milene Lopes dos Santos Queta,
8 segunda titular; dos representantes do Colégio de Dirigentes, Segmento Diretores de
9 *Campi* e Pró-Reitores, Juliana Ferreira de Queiroz, primeira titular; Mírian Peixoto
10 Soares da Silva, segunda titular; dos representantes dos servidores docentes: Otávio
11 Cabral Neto, primeiro titular; Lilissanne Marcelly de Sousa, segunda titular; Erica
12 Ribeiro de Sousa Simonetti, terceira titular; Edmar Vinícius de Carvalho, quarto
13 titular; Paulo da Silva Paz Neto, primeiro suplente; Saulo Carvalho de Souza Timóteo,
14 segundo suplente; dos representantes dos servidores técnico-administrativos em
15 educação: Edson Leite Apinagé, primeiro titular; Kiara Souza dos Reis Cavalcante,
16 segunda titular; Francisco César de Sousa, terceiro titular; Josuan de Carvalho da
17 Cunha, quarto titular; dos representantes dos discentes: Lucas Alves Machado,
18 primeiro titular; Antonia Isirlane Silva Nascimento, segunda titular; Eduardo Gabriel
19 Ribeiro da Silva, terceiro titular; João Vitor Bonini de Alcantara, quarto titular; dos
20 representantes dos egressos: Ana Rafaela Bezerra Cavalcante de Sousa, primeira
21 titular; Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, segunda titular; dos
22 representantes da Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária
23 — SEAGRO: Corombert Leão de Oliveira, titular; dos representantes da Federação
24 dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do
25 Tocantins — FETAET: Maria Guanamar Soares de Sousa, suplente; dos
26 representantes do SINASEFE Seção Araguatins: Márcia Regina Marques Amado da
27 Silva; das representantes da Secretaria do Conselho Superior: Rosseane Elysa
28 Ferreira Barbosa e Távilla Carolina Coelho Carmo. O presidente agradeceu a
29 presença de todos, conferiu o quórum e declarou aberta a sessão. A conselheira
30 Márcia Regina comunicou a perda, naquela manhã, do filho de dois servidores do
31 IFTO: Jefferson, filho da sindicalizada e servidora Rosilene e do servidor Josafá do
32 *Campus* Porto Nacional, e pediu a permissão ao presidente para que fizessem uma
33 oração em menção a essa perda, rogando a Deus para consolar o coração de todos
34 os familiares. O presidente pediu à conselheira Lilissanne que fizesse a oração. Logo
35 após a oração, a conselheira Márcia Regina compartilhou a experiência exitosa do
36 SINASEFE Sessão Araguatins que impetrou um processo sobre auxílio-transporte
37 para os servidores. Disse que, apesar de saber que era um direito de todos os
38 servidores, a lei tinha restrições. E como não havia uma linha regular de transporte,
39 houve a necessidade da abertura do processo em 2015, que resultou em êxito em

2024. Informou que, em outubro de 2023, o auxílio foi implementado e em 2024 tinham recebido o retroativo referente a 2015. Destacou a necessidade de levar o conhecimento aos demais *campi* que se assemelhavam à situação do *Campus* Araguatins, pois infelizmente, esperavam que o processo gerasse diretamente a jurisprudência e que a concessão seguisse de forma administrativa aos demais colegas que também tinham o direito, porém não era assim que funcionava. Informou que a Sessão Araguatins se propôs a fazer uma *live* com todos os servidores que tivessem interesse em debater sobre o assunto, verificando a viabilidade de utilizar o processo exitoso como exemplo e impetrar outros processos para que todos que tivessem o direito pudessem usufruí-lo. Agradeceu ao Antônio que, na função de gestor, foi corajoso em apoiá-los, no sentido de dar principalmente agilidade aos processos e buscar, sempre, junto com os interessados, as soluções para que o processo ocorresse da forma que foi. Ressaltou a importância do posicionamento de um Sindicato que defendesse o trabalhador, o servidor, e que não necessariamente fosse contrário à gestão, desde que existisse respeito e diálogo entre as partes. Destacou que a Sessão Araguatins tinha isso como princípio, aquilo que era de direito e de conquista que fosse respeitado pela gestão, todos deveriam aplaudir e agradecer. Quanto ao momento vivido, a conselheira ressaltou que era um momento do exercício do direito de greve, do exercício da luta pelos direitos, pois eram servidores públicos federais, estaduais e municipais, regidos por muitos deveres, no entanto, quando se tratava de exercer um direito, às vezes encontravam muitos entraves. Mas destacou que a luta era necessária e que, no Conselho, deveriam colocar as reais situações em que se encontravam. Informou que a sessão do *Campus* Araguatins se encontrava em estado de greve e que teriam uma assembleia no outro dia para definição. Reforçou que a luta não era só por melhoria de salários, mas por recomposição de perdas, por Reconhecimento de Saberes e Competências — RSC para Técnico-Administrativo em Educação — TAE, por equiparação do RSC; explicou que infelizmente havia um desnível de percentual em relação ao servidor TAE com o mesmo título de doutor docente: enquanto os docentes com a mesma titulação recebiam 115%, os TAEs recebiam 75%. Disse que esperavam que, como bem mencionado pelo presidente do CONIF, era devido o direito ao servidor e que deve ser garantido, sim, o exercício do direito da mobilização da greve, e pediu ao governo federal que olhasse com bastante carinho a questão dos técnicos administrativos e dos docentes porque era uma causa justa, estavam a mais de 7 anos sem recomposição salarial e sem reajuste. A conselheira disse que ficou muito animada porque as duas coisas não se conflitavam, ao tempo em que se criava cem novos institutos o governo federal disse que não se tratava de precarizar o que tinham, mas que era uma forma de dizer que precisavam criar mais oportunidades e criando mais oportunidade aumentavam a estrutura, o capital humano elevava o potencial do servidor, sendo assim poderia atender às demandas. Na sequência, procedeu-se à apresentação dos conselheiros. Durante as apresentações alguns conselheiros expuseram suas posições quanto à greve. O conselheiro Paulo Paz questionou ao presidente qual era a expectativa do IFTO em relação a nova Unidade anunciada por toda imprensa e pelo governo federal no *Campus* Dianópolis. Após as apresentações, a conselheira Márcia Regina e representante do SINASEFE Seção Araguatins, disse ao conselheiro Lucas (um dos conselheiros que ao se apresentar se posicionou contra a greve), representante dos discentes que apesar de bem jovem ele já tinha uma preocupação e maturidade que poucos alunos, discentes, teriam em relação a defesa do direito do aluno. Reforçou que Lucas não estava errado em defendê-lo, mas que a greve era o último recurso e

90 algo que nem mesmo os servidores desejavam, porém a partir da mudança de
91 governo (ressaltou que antes não tinham direito nem ao diálogo imagine fazer
92 proposições ou alguma reivindicação), então a partir da mudança do governo
93 explicou que iniciaram o processo de discussão, de recuperação das perdas, de
94 dialogar com governo a reestruturação das carreiras dos técnicos administrativos e
95 docentes, e realizaram mesas setoriais. Explicou que o aumento de 9% do ano de
96 2023 era linear, e que os TAEs tinham quase 60% (sessenta por cento) de perda
97 salarial, e que solicitaram mesas setoriais porque as carreiras eram diferentes e
98 deveriam que ser tratadas de forma diferente. Disse que um aumento linear de 9%
99 (nove por cento) favorecia quem ganhava mais em detrimento de quem ganhava
100 menos, porque, em ganhos reais, não significava a mesma coisa. Informou que a
101 Seção Araguatins, desde o início das discussões, enviou representante à Brasília para
102 participar do diálogo com o governo sobre a reestruturação da carreira, a
103 formulação da proposta de carreira e que esses representantes davam retorno ao
104 grupo da Seção Araguatins sobre todos os passos dados. Ressaltou que, para chegar
105 no momento do indicativo de greve, era porque simplesmente o governo não tinha
106 condições de agir por si só. Disse que, apesar do interesse e condições do governo
107 Lula, a decisão não dependia só dele, mas também do congresso. Informou que
108 estavam esgotadas todas as negociações e, por não haver recurso, o governo havia
109 dado a resposta de reajuste zero. Destacou que reajuste zero significava que tinha o
110 trabalhador o direito de reivindicar, tratava-se de uma questão de sustento e
111 cuidado da família. Citou que alguns servidores administrativos, no início de carreira,
112 ganhavam menos de dois salários mínimos. Mencionou que uma parte da sociedade
113 acreditava que o servidor do instituto federal ganhava rios de dinheiro e outra (parte
114 pensava na) realidade de servidores não manterem a família e seu próprio sustento.
115 Disse que era preciso desmistificar isso porque, em um passado muito distante, já
116 havia sido assim. Disse que, na data, não se tinha mais perdas acumuladas porque,
117 em algum momento, um servidor ou o sindicato se levantou e se contrapôs ao
118 governo. Disse que não culpava aqueles que haviam se manifestado contra a greve,
119 afinal, cada um tinha que pensar em si, no entanto, ressaltou que o processo
120 poderia resultar em ganhos para ambas as partes. Propôs que o Grêmio Estudantil e
121 os Centros Acadêmicos — CAs estivessem presentes na assembleia do Sindicato, que
122 aconteceria no dia posterior, para que discutissem e estabelecessem esse
123 diálogo, porque, embora tivessem o direito, não queriam fazer a greve sem dialogar
124 com os alunos. O conselheiro Lucas disse que faltou transparência nas informações
125 para os alunos, pois a decisão de uma greve não acontece do dia para noite, e não
126 houve uma conversa do Sindicato com os estudantes. O conselheiro Francisco César
127 de Sousa, mencionou o primeiro corte histórico da carreira em 1990 de 84% (oitenta
128 e quatro por cento), e que, logo em seguida, Itamar Franco, no seu governo, deu
129 amasiada com o governo de Fernando Henrique Cardoso — FHC, foram oito anos
130 sem aumento ou reajuste. Parabenizou os discentes pela representação e
131 pelas pautas. Citou a situação da conselheira Ana Rafaela, antes discente, e, na data,
132 egressa e Técnica Administrativa. Citou que recebia, antes do corte Collor, 11 (onze)
133 salários e meio inicial, Classe D1, que equivaliam, na atualidade, a R\$ 16.238,00
134 (dezesesseis mil, duzentos e trinta e oito reais). Informou que o salário do técnico
135 administrativo inicial, Classe D1, atual era de R\$ 2.667,00 (dois mil, seiscentos e
136 sessenta e sete reais), o que justificava a necessidade da greve. Disse que a situação
137 citada por ele era perda tanto para TAEs quanto para docente e discentes, inclusive
138 na recuperação do tempo perdido. Convidou todos os servidores para conhecer o
139 *Campus* Araguatins, que era o *Campus* mais antigo do Instituto Federal. O presidente

140 fez um breve relato em relação ao tema do auxílio-transporte levantado pela colega
141 Márcia. Disse que buscaram, desde o primeiro momento, compreender que era sim
142 direito do servidor o auxílio-transporte, inclusive já sinalizado nesse sentido pela
143 justiça, logo, buscaram dar celeridade no levantamento dos retroativos e felizmente
144 todos já haviam recebido o auxílio. Quanto ao próximo passo, disse que já haviam,
145 em outros momentos, manifestado na comunidade que, uma vez findado o processo
146 iniciado pela seção Araguatins, buscariam utilizar isso como jurisprudência para
147 regulamentar a concessão do auxílio-transporte a todos os servidores no IFTO, mas
148 que infelizmente, dada a forma como foi constituído o processo e a compreensão na
149 hora da decisão judicial, essa decisão se limitou aos servidores que residiam em
150 Araguatins. Isso porque a solicitação inicial no processo teve essa característica e o
151 juiz entendeu que deveria ser mantido, não permitindo extrapolar mesmo a
152 servidores que atuavam no *Campus* Araguatins residentes em outro município, os
153 quais estavam sendo contemplados. O presidente relatou que, após algumas
154 discussões com o Sindicato Seção Araguatins, a tentativa era constituir outro
155 processo capitaneado pela Seção Araguatins, que já detinha a expertise, pois a
156 assessoria jurídica atuou de modo bastante proativo, com o apoio da Procuradoria
157 Federal junto ao IFTO, dando subsídio de informações para que agilisassem uma
158 outra demanda judicial, utilizando aquela como parâmetro para indicar ao juiz que,
159 igualmente aos servidores residentes em Araguatins, existiam servidores moradores
160 de outros municípios, os quais também necessitavam do auxílio; porém, a Instituição
161 não tinha autonomia administrativa para concedê-lo na forma atual, ou seja,
162 precisavam passar por esse processo. Disse que uma *live*, como a sugerida pela
163 conselheira Márcia, de orientação aos servidores — com a presença do Procurador
164 Dr. Eduardo, do Diretor de Gestão de Pessoas, Jefferson, e do Sindicato — poderia
165 ser bastante elucidativo. Destacou a importância de levar a informação e o passo a
166 passo a todos. Além disso, pediu que todos os servidores fizessem a solicitação
167 individual, pois a partir disso, por mais que fosse negada administrativamente,
168 seria registrado o marco da referência do retroativo a receber, resguardando o
169 direito no futuro. Quanto à questão levantada pelo conselheiro Paulo, sobre o novo
170 *Campus* do IFTO autorizado a ser aberto na cidade de Tocantinópolis, informou que,
171 no último dia 12 de março, o presidente fez um anúncio, do qual tomaram
172 conhecimento também em conjunto com toda a comunidade, pois não foi uma
173 informação socializada anteriormente, e o que os preocupava, até o momento, era
174 que ainda estavam aguardando orientações adicionais, porque foi dito que teria o
175 *campus* em Tocantinópolis, mas não foi dito qual dimensão e com quem já haviam
176 tratado, ou seja, nenhuma orientação adicional chegou ao IFTO nem em outros
177 institutos. Informou que, na semana anterior, teve contato com a Secretaria de
178 Educação Profissional e Tecnológica — SETEC, a qual informou que até aquela
179 semana encaminhariam orientações, próximos passos, perspectiva de cargos,
180 funções, recurso a ser destinado para cada uma dessas unidades e para
181 investimento, de modo que, a partir daí, tivessem condições de estabelecer um
182 diálogo com a Prefeitura do Município, entender as contrapartidas e avançar na
183 implantação. Quanto à greve, o presidente lembrou que existia todo um protocolo a
184 ser seguido. Justificou as ações do Sindicato, disse que, por vez, o Sindicato
185 ainda não havia procurado o diálogo com as categorias porque ainda não havia
186 deflagrado o indicativo de greve. O Sindicato não poderia procurar os estudantes e
187 antecipar se haveria greve pois a assembleia que a deflagraria ainda não tinha
188 ocorrido. Disse que as conversas informais existiam e, por isso, tinham
189 conhecimento de que deveria ter um movimento de greve, mas que ainda não havia

190 sido formalizado. Informou que havia uma assembleia convocada para aquela data
191 na Seção Palmas e outra, para o dia posterior, na Seção Araguatins; e, a partir de
192 então, provavelmente seriam formalizadas as tomadas de decisões a todas as
193 categorias e aos gestões dos *campi* para que pudessem dar andamento ao protocolo
194 e também reunir os estudantes e apresentá-los. Respondendo aos vários
195 questionamentos de como se dava o movimento da greve, o presidente informou
196 que uma vez deflagrada a greve pelo Sindicato as adesões ao movimento eram
197 individuais. Assim, cada servidor decidiria por aderir ou não ao movimento de greve.
198 Enquanto gestão, disse que monitorariam o avanço da greve e o impacto na
199 continuidade ou não dos serviços em cada Unidade. Citou que era um processo
200 desgastante para todos, tanto para quem estava reivindicando os benefícios quanto
201 para quem estava recebendo o serviço, que não era da forma esperada, e também
202 para quem estava gerindo a Instituição para conseguir garantir o direito de todos.
203 Reforçou que quem fazia greve tem direito, quem não queria fazer greve tinha
204 direito, o estudante também tinha direito e o trabalho do gestor era tentar
205 resguardar todos esses direitos, o que não era fácil; dessa forma, pediu a
206 compreensão e o apoio de todos no processo. Disse que evitaria entrar no método
207 das pautas, porque, enquanto reitor, era difícil ficar dialogando. No entanto, o que
208 podia antecipar era que, enquanto gestor, não orientaria nenhum tipo de sansão a
209 servidor, corte de ponto ou perseguição. Tranquilizou os servidores, no entanto,
210 esclareceu que, com este posicionamento, não estava influenciando os servidores a
211 aderirem o movimento, estava apenas esclarecendo que quem quisesse aderir ao
212 movimento teria o seu direito resguardado e não seria penalizado
213 administrativamente — no que o coubesse enquanto reitor — por participar do
214 movimento. Pediu permissão para fazer a inversão de alguns pontos,
215 especificamente os pontos cinco e seis que diziam respeito ao relatório final das
216 atividades do Pet civil e ao relatório final de atividades da unidade de auditoria,
217 respectivamente. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto cinco, a
218 saber: deliberação acerca do relatório final das atividades desenvolvidas no Instituto
219 Federal do Tocantins pelo Programa de Educação Tutorial — Pet-Civil no decorrer do
220 ano de 2023, e o planejamento das atividades para o ano de 2024, conforme
221 Processo nº 23235.023881/2023-83. O professor Moacir informou que estavam no
222 sexto ano de tutoria, e que o Programa de Educação Tutorial era vinculado ao MEC e
223 desenvolvido no Instituto Federal. Citou que o programa PET-Civil, do *Campus*
224 Palmas, ligado ao curso de Engenharia Civil era o único Pet do Instituto Federal do
225 Tocantins. Informou que apesar de desenvolvido no *Campus* era vinculado ao MEC.
226 Informou que tinham 18 alunos que integravam o programa, doze bolsistas e seis
227 alunos voluntários. Reforçou que no Programa oportunizavam aos alunos assumirem
228 o protagonismo nas atividades, pois o Programa atuava nas três áreas vertentes da
229 atuação do Instituto Federal, basicamente no ensino, por exemplo, através de
230 monitorias, de minicursos; na parte de extensão, através de palestras, ações sociais,
231 atuando em parceria com outras instituições da cidade; e também na parte de
232 pesquisa, em apoio a atividades desenvolvidas por docentes nos laboratórios do
233 curso. Informou que, previamente ao início do ano, apresentavam uma proposta de
234 atividades que seriam desenvolvidas no ano seguinte, ou seja, apresentaram, no
235 final de 2023, o programa de atividades propostas para o ano de 2024; e, ao final do
236 ano, apresentavam o relatório das atividades propostas desenvolvidas ao longo do
237 exercício. O presidente orientou aos novos conselheiros, informando que as pautas e
238 os processos eram encaminhados aos conselheiros com antecedência, para que
239 pudessem fazer suas leituras, análises, anotações e que, na hora da discussão,

240 abriam para apontamentos, não era feito necessariamente uma apresentação
241 integral dos documentos, pois geralmente as pautas por reunião eram longas, então
242 cada um deveria fazer sua análise antes e, tendo dúvida, sempre teria um
243 representante do ponto de pauta para norteá-los. Após apresentação, o
244 item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência,
245 procedeu-se à deliberação do ponto seis, a saber: deliberação acerca do Relatório
246 Anual de Atividades de Auditoria Interna — RAIN (1898614), do exercício de 2023,
247 conforme Processo nº 23235.000170/2024-11. A auditora Rosana informou que o
248 RAIN se tratava de todas as atividades executadas no ano de 2023. Pediu permissão
249 para corrigir uma informação na Tabela 1, linha dois, pois a ação estava como
250 executada mas não fora executada. Solicitou a aprovação desse ajuste de informação
251 antes de publicar o documento. O presidente, aproveitando a presença da auditora,
252 mencionou a Convalidação da sua nomeação como nova chefe da unidade de
253 Auditoria e a exoneração do antigo chefe, Carlos Frederico, em função do
254 atingimento do limite máximo de seis anos, que era um mandato de três anos
255 prorrogado por igual período. Informou que, vencido o período, era necessário fazer
256 uma nova nomeação. Lembrou que, antes do Carlos Frederico, a chefe da Auditoria
257 era a Dra. Rosana, que então retornaria à função. Explicou que, como o setor era
258 vinculado ao Conselho Superior, a nomeação precisava ser validada pelo Conselho,
259 por isso a resolução *ad referendum*. Após apresentação, o item foi submetido à
260 votação, tendo sido aprovado por XX votos favoráveis e 1 (uma) abstenção (Cristiely
261 Maria de Sousa Alves de Oliveira). Na sequência, procedeu-se à deliberação
262 do ponto dois, a saber: deliberação acerca da Ata nº 2/2024/CONSUP/IFTO, de 26 de
263 março de 2024 (2330346), referente à 2ª reunião extraordinária do Conselho
264 Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
265 conforme Processo nº 23235.006755/2024-45. A conselheira Márcia corrigiu a
266 resposta dada ao presidente ao questioná-la se todos os servidores haviam recebido
267 o auxílio-transporte: ela explicou que todos os que não tinham nenhuma pendência
268 receberam; pois tinham três casos em que os servidores, além de terem entrado no
269 processo coletivo, entraram individualmente, gerando suspensão de litispendência,
270 que foi julgada pela Procuradoria e pelo juiz posteriormente; e, diante das situações
271 diferentes, foi dado o ganho aos três servidores (Ohana, Francisco Décio e Jeisel).
272 Informou que as Requisições de Pequeno Valor — RPVs deles ainda estavam sendo
273 confeccionadas e, por isso, receberiam posteriormente, o caso também dos
274 dependentes (falecidos). A chefe de Gabinete do Reitor, Távila Carolina Coelho
275 Carmo fez a leitura da Ata nº 2/2024/CONSUP/IFTO, de 26 de março de 2024
276 (2330346). A conselheira Márcia disse que na sua fala sobre as duas captações de
277 recurso, não tinha sido uma dúvida, mas sim um pedido de esclarecimento de que
278 havia as duas formas de captação. Após apresentação, o item foi submetido à
279 votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Na sequência, procedeu-se
280 à exclusão do ponto três da pauta, a saber: apresentação do PAINEL de Gestão
281 Orçamentária e Financeira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
282 Tocantins. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto quatro, a
283 saber: deliberação acerca do Relatório de Gestão, exercício 2023, do Instituto
284 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo
285 nº 23235.012162/2023-37. A pró-reitora de Administração, Juliana Queiroz, iniciou a
286 apresentação. Disse que o relatório de gestão de forma resumida era uma
287 ferramenta de acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI,
288 que servia como um farol de acompanhamento dos indicadores e metas
289 vislumbrados em 2019, quando foi concebido o último PDI, o qual tinha vigência de

290 cinco anos. Disse que, além de ser uma ferramenta de acompanhamento da gestão
291 dos indicadores, ele também era exigido pelos órgãos de controle externo e
292 especialmente o Tribunal de Contas da União — TCU. Disse que o documento
293 recebido pelos conselheiros obedecia uma estrutura mínima exigida pelo TCU,
294 ressaltou a extensão do documento, no entanto, frisou que era realmente
295 necessário que todas aquelas informações constassem no documento, pois elas
296 seguiam um padrão também de exigência do Tribunal de Contas da União. Informou
297 que o documento era dividido em 5 partes, e que a primeira parte era uma
298 apresentação da instituição, uma visão organizacional e do ambiente externo. Já a
299 segunda parte tratava de governança; a terceira parte, de gestão de riscos e
300 perspectivas; a quarta parte tratava dos resultados de fato e do desempenho da
301 gestão e a última parte que dizia respeito às informações financeiras, contábeis e
302 orçamentares. Informou que o documento começava tradicionalmente com uma
303 apresentação do gestor máximo da Instituição (carta) e que, nesse primeiro
304 segmento, eram apresentados a missão que era o motivo, o propósito da existência
305 da Instituição, as ofertas e a visão do IFTO, que era onde queriam chegar: qual era o
306 futuro do IFTO, o que pretendiam alcançar enquanto instituição, assim como os 10
307 (dez) valores. Explicou que o relatório sempre fazia menção à missão e à visão que
308 norteavam o planejamento estratégico da Instituição, então sempre comporiam a
309 estrutura do relatório de gestão. Informou que na sequência teriam acesso a alguns
310 *banners* que mencionavam os números do IFTO colhidos do próprio corpo do
311 relatório de gestão: 11 (onze) *campi* no estado do Tocantins; 85 (oitenta e
312 cinco) polos de Educação a Distância, lembrou que o relatório fazia referência ao
313 exercício 2023, então precisavam considerar o calendário civil (1º de janeiro a 31 de
314 dezembro do ano anterior), 27.651 (vinte sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco)
315 estudantes matriculados, considerando os do Ensino a Distância e os dos cursos
316 presenciais; 308 (trezentos e oito) projetos de pesquisa institucionalizados; 1262 (mil
317 duzentos e sessenta e dois) servidores, considerando o corpo TAE e o corpo
318 docente; 75 (setenta e cinco) ações de qualidade de vida, conforme informações da
319 Diretoria de Gestão de Pessoas; 8 (oito) patentes e registros de propriedade
320 intelectual, que no ano de 2023 foi o melhor índice atingido em relação a registros
321 de patente na Instituição; 87 (oitenta e sete) ações de fomento à cultura de inovação
322 e de empreendedorismo; além de outros dados. A conselheira Juliana informou que
323 o documento seguia apresentando uma estrutura de governança do IFTO, destacou
324 a importância dos conselheiros conhecerem e observarem que a estrutura era uma
325 representação que envolvia as instâncias internas (no caso do IFTO: o Colégio de
326 Dirigentes, o Conselho Superior, a Auditoria Interna), as instâncias hierarquicamente
327 superiores (o MEC, a SETEC, o Presidente da República) e envolvia também as
328 instâncias externas de apoio a governança (que poderiam ser tanto vinculadas ao
329 poder executivo como à CGU) e as instâncias externas independentes (como o
330 Ministério Público, o Poder Executivo e o Poder legislativo). Disse ao presidente que,
331 em algum momento, deveriam levar só a temática governança para o Conselho
332 Superior, pois era uma temática complexa, que as pessoas por vezes tinham dúvida
333 do que era governança, inclusive os próprios gestores se perguntavam a esse
334 respeito. Lembrou que, na última reunião do Consup, aprovaram a Política de
335 Governança do IFTO, com o corpo de conselheiros anterior, então era interessante,
336 em algum momento, apresentar a Política, o conceito de governança, como ela
337 deveria nortear as ações da Instituição ao Conselho (membros biênio 2024-2025).
338 Seguiu apresentando a cadeia de valor do IFTO, como o IFTO agregava valor aos seus
339 processos e entregava valor à sociedade, ou seja, diz respeito ao mapeamento

340 desses macroprocessos, que, no caso do IFTO, são divididos em finalísticos
341 (atividade fim - ensino), gerenciais (etapas de planejamento e planejamento
342 estratégico da instituição) ou de apoio. Quanto à governança de estratégia
343 e alocação de recursos, informou que algumas informações foram direcionadas para
344 a área de governança. Sendo a primeira o mapa estratégico do Instituto Federal do
345 Tocantins, um produto do planejamento estratégico, concebido, também em 2019: o
346 mapa para elencar as diretrizes estratégicas da instituição que se desdobravam em
347 indicadores e em ações, em atividades. Informou que, em 2024, estavam elaborando
348 o PDI e o Conselho teria contato com essa pauta ao longo do ano. Destacou que
349 2024 seria um ano muito importante para a Instituição, pois era o momento em que
350 planejavam para os próximos cinco anos; que estavam na etapa de designação das
351 comissões. Disse que nos *campi*, todos iriam poder participar e opinar, pois o
352 Consup era um agente central na concepção do PDI, a instância responsável por
353 aprovar o documento, e, desta forma, teriam que elaborar um novo mapa
354 estratégico, que era feito com base nos macroprocessos e tinha por base quais eram
355 os macroprocessos, o que era mais importante, ao que a instituição deveria dar mais
356 atenção para que aqueles macroprocessos fossem concebidos. Quanto ao Índice
357 Geral de Governança — IgG da instituição, Juliana informou que era coletado a cada
358 três anos, e que o TCU, a própria CGU poderia ser a Instância responsável por
359 elaborar. Citou que o primeiro ciclo foi feito em 2018 e que tiveram um outro ciclo
360 em 2021 e, naquele exato momento, estavam preenchendo o IgG ciclo 2024. Disse
361 que era um comparativo e observou que tiveram um acréscimo do índice de
362 governança no ciclo 2021; apesar do índice ser geral, reforçou que era possível
363 mencionar destaque para as áreas de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da
364 Informação, o acréscimo mais interessante no IgG. Lembrou que, no próximo ano,
365 teriam acesso às informações do ciclo 2024. Disse que, ao findar o levantamento,
366 queriam levar para a pauta do Consup para que o Conselho acompanhasse também
367 o desenvolvimento e o desempenho do IFTO, nesse ciclo obrigatório, que estava
368 sendo realizado pelo Tribunal de Contas da União. Na terceira parte do documento,
369 Juliana informou que constavam os riscos, oportunidades e perspectivas. Explicou
370 como funcionava as linhas de defesa: o Instituto adotava uma gestão de riscos em
371 três linhas de defesa. A primeira linha de defesa era composta pelos gestores que
372 eram também tidos como gestores de risco, a autoadministração; na segunda linha
373 de defesa, entraria o Conselho Superior, a Auditoria, a Corregedoria e a
374 Procuradoria; e, na terceira linha de defesa, teriam a auditoria tanto interna quanto
375 externa. Dessa forma, o Conselho Superior atuava como segunda linha de defesa no
376 caso da gestão de riscos. Informou que a gestão de riscos era pensada também com
377 foco nos macroprocessos, e desses macroprocessos advinham riscos em que a
378 administração precisava encontrar estratégias para mitigá-los, quanto maior a
379 probabilidade *versus* o impacto deste risco acontecer, mais grave seria considerado
380 esse risco dentro da Matriz. Apresentou uma tabela com os riscos mais relevantes
381 do Instituto Federal do Tocantins, que basicamente eram os riscos que perpassavam
382 por restrição orçamentária e também com aspectos na área de gestão de pessoas,
383 pois a escassez de força de trabalho era tida como um dos riscos mais relevantes
384 para a Instituição. Informou que conforme a Política aprovada no mês anterior, o
385 Instituto designaria uma comissão permanente de gestão de risco, que elaboraria
386 uma metodologia trabalhando de forma paralela ao novo PDI. Quanto aos
387 resultados da gestão, desempenho da gestão 2023, Juliana informou que eram
388 muitos os indicadores (53) que perpassavam por todos os macroprocessos, área de
389 ensino, egressos, discentes, administração, por isso havia elegido uns doze ou

390 treze para apresentar. Antes de dar continuidade à sua apresentação, fez uma
391 provocação, disse que observavam que nos indicadores em que o IFTO tinha uma
392 governabilidade maior, em que ele mesmo era o promotor da solução, conseguia-se
393 ter índices muito satisfatórios de desempenho (áreas de ensino, extensão, pesquisa,
394 gestão de pessoas), o atingimento, a superação da meta, por vezes, chegava a
395 100% (cem por cento), 50% (cinquenta por cento), mas os convidou a analisar a
396 parte do documento sempre tendo em mente também o ambiente externo da
397 instituição; citou que, por vezes, acontecia um cenário de restrição orçamentária,
398 pandemia, que eram fatores que estavam fora da governabilidade da Instituição, a
399 qual precisa se adaptar e tratá-los da melhor forma. Observou que, nos indicadores
400 que envolviam o ambiente externo, os desafios começavam realmente a aparecer, e
401 por isso, a Instituição precisava se desdobrar para poder superar esses desafios que
402 o ambiente externo apresentava para o IFTO. O primeiro indicador do documento
403 dizia respeito ao percentual de egressos ativos no mundo do trabalho. Explicou que
404 esse indicador foi inserido no último PDI, não existia nas versões
405 anteriores e, naquele momento, estava sob responsabilidade da Pró-reitoria de
406 Assuntos Estudantis, que realizava, de forma contínua, uma pesquisa com egressos
407 (disponibilizada no site do IFTO, o link ficava disponível), citou que aproveitava-se
408 também os momentos como o Encontro de Egressos, que algumas unidades
409 promoviam, para tentar alavancar a participação dos egressos nessa pesquisa. Ato
410 contínuo, informou que a meta para 2023 era que 64% (sessenta e quatro por cento)
411 dos correspondentes estivessem atuando no mercado de trabalho — esclareceu que
412 dizia respeito aos egressos que participaram da pesquisa, que, em 2023, foram 462
413 (quatrocentos e sessenta e dois) egressos, e o resultado foi de 78,4% (setenta e oito
414 vírgula quatro por cento). Explicou que, destes 78,4%, uma parcela estava
415 trabalhando na área do curso em que se formou e outra parcela estava trabalhando
416 mas em área diversa, e que o indicador levava em consideração essas duas parcelas.
417 Citou que, desde o momento em que começou a ser aferido, no ano de 2020,
418 observou-se um aumento, um acréscimo tanto no número de correspondentes da
419 pesquisa assim como no percentual de egressos que estavam trabalhando, saindo de
420 50% (cinquenta por cento), 58% (cinquenta e oito por cento), em 2020, para a
421 margem de 78% (setenta e oito por cento) naquela última pesquisa. Ressaltou a
422 importância da divulgação do link da pesquisa e pediu que os representantes
423 fomentassem a participação dos egressos para que ela tivesse um resultado mais
424 sólido, que conseguisse contemplar uma participação maior dos egressos. Quanto
425 ao indicador 102, que dizia respeito ao percentual de permanência e êxito dos
426 estudantes atletas do IFTO, Juliana informou que esse percentual havia sido aferido
427 com base na participação de todos os estudantes na última edição do JIFTO, evento
428 esportivo mais importante da Instituição, tendo a Proae também como responsável
429 por esse indicador, e, no final do ano, constatou qual era a condição do estudante
430 (se ainda estava matriculado, se havia concluído, se evadiu, se abandonou). Então,
431 com base nas informações disponíveis no sistema de registro de informações
432 acadêmicas, 97% (noventa e sete por cento) dos estudantes que participaram do
433 JIFTO edição 2023 estavam ou na condição de permanência (isto é, foram
434 matriculados no exercício de 2024) ou concluíram ou se formaram; assim, observou-
435 se um percentual muito expressivo, considerando que a meta era de 82% (oitenta e
436 dois por cento), considerada alta, e que, no entanto, foi superada, atingindo-se o
437 percentual de 97%. Apenas 3% (três por cento) dos estudantes que participaram do
438 JIFTO estavam na condição ou de transferido ou de cancelado ou de não concluído,
439 sendo um percentual muito pequeno, o que mostra a importância do fomento à

440 cultura do esporte, de propiciar a participação dos estudantes no evento. O
441 conselheiro José Reinaldo sugeriu que, para a apresentação dos indicadores, fossem
442 colocadas as variáveis dos indicadores e explicitassem como faziam a memória de
443 cálculo para que os conselheiros conseguissem ser mais críticos em suas análises.
444 Juliana informou que o texto do documento trazia a descrição de como era feita a
445 aferição do indicador, e que a apresentação era um pouco mais resumida e enxuta
446 por conta do tempo e da quantidade de indicadores que tinham
447 de apresentar. Apresentou um gráfico que fazia uma exposição da participação dos
448 estudantes do IFTO, pegando como referência 2013, que foi o ano inicial da
449 promoção do evento JFITO, e o último exercício, 2022-2023. Observou-se que houve
450 um acréscimo significativo de estudantes participantes entre 2022 e 2023. Quanto
451 ao indicador 3, Juliana informou que se tratava do número de cursos de Formação
452 Inicial e Continuada — FIC executados nas unidades do IFTO, sendo que a meta para
453 2023 era de 14 (quatorze), tendo sido superada com a oferta de 20 cursos FIC.
454 Desses 20 (vinte) cursos explicou que 14 (quatorze) foram por meio de esforço
455 próprio (os próprios servidores do IFTO e as unidades fizeram a promoção) e os
456 outros seis cursos foram realizados por meio de parcerias com os Ministérios do
457 Turismo e da Pesca e Aquicultura e também com a Prefeitura Municipal de
458 Araguaína. Citou que, por meio desses 20 (vinte) cursos, foram ofertadas mais de
459 quatro mil vagas em cursos de Formação Inicial e Continuada. Citou que em 2020,
460 ano de pandemia, a oferta foi de 23 (vinte e três) cursos FIC, porque naquele ano
461 houve a promoção do Programa Novos Caminhos aderido pelo IFTO,
462 excepcionalmente em 2020 a oferta foi maior por conta do Programa. Quanto ao
463 indicador 107 - Total de Projetos de Pesquisa Institucionalizados, Juliana explicou
464 que fez menção a esse indicador porque a meta era de 150 (cento e cinquenta)
465 projetos institucionalizados (projetos devidamente cadastrados na Pró-reitoria de
466 Pesquisa e Inovação e que estavam em cursos, ou que fossem provenientes do
467 Programa de Apoio à Pesquisa — PAP, ou de tese e dissertação — pesquisadores
468 também podiam cadastrar projetos de pesquisa). Observou um acréscimo em
469 relação aos anos anteriores (2020 - 150 projetos, 2023 - 308 projetos), praticamente
470 o dobro de projetos. Destacou a importância de mencionar essa ação coletiva da
471 Reitoria e dos *campi* em promover a regularização desses projetos de pesquisa.
472 Citou que existiam muitos projetos que não estavam devidamente cadastrados, que
473 foi um trabalho árduo, mas que começavam a ver os resultados ao longo dos anos,
474 chegando na marca de 308 projetos. Ainda sobre os projetos de pesquisa,
475 apresentou um gráfico que demonstrava qual foi o aporte de recursos que o
476 Programa de Apoio à Pesquisa e o Programa de Iniciação Científica do IFTO recebeu
477 em 2023. Informou que nos três anos anteriores, os valores mantiveram-se próximos
478 à casa dos R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), recurso definido no âmbito
479 do CODIR, e que, para 2023, conseguiram fomentar (deliberação também da
480 administração) um aumento, um aporte significativo no recurso do PAP e Iniciação
481 Científica; tanto por esforço próprio do IFTO como também por meio de parcerias,
482 conseguiram viabilizar o reajuste das bolsas, receberam recursos da Fundação de
483 Amparo à Pesquisa do Tocantins — FAPT e também do Conselho Nacional de
484 Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. Citou que, além do Programa de
485 Apoio à Pesquisa, a Extensão e o Ensino também receberam esse aporte. Quanto
486 aos projetos de pesquisa finalizados, reflexo do aumento do número de projetos de
487 pesquisa institucionalizados, Juliana informou que também houve um aumento
488 significativo, que a meta para 2023 era 125 (cento e vinte e cinco) projetos e, ao final
489 do ano, tiveram a conclusão de 197 (cento e noventa e sete) projetos. Explicou que

490 existiam alguns indicadores no documento com a observação TCU, informou que o
491 Tribunal de Contas da União monitorava a rede federal de ensino e definia quais os
492 indicadores que a Instituição teria de acompanhar, ou seja, no documento estariam
493 todos os indicadores do próprio TCU assim como os do IFTO, porque a própria
494 Instituição também definia o que queria acompanhar nos próximos cinco
495 anos. Informou que aquele era um exemplo de indicador demandado pelo Tribunal
496 de Contas da União. Explicou que a relação ingresso-aluno era a proporção de
497 estudantes ingressantes novos em relação ao total de estudantes matriculados na
498 Instituição. Disse que a polaridade desse indicador obviamente seria: quanto maior,
499 melhor, porém, frisou que o indicador tinha uma tendência a normalizar, à medida
500 que a capacidade máxima de pessoal e de infraestrutura fosse atingida, logo, o
501 normal era que ele se estabilizasse. Destacou que era um indicador com potencial de
502 crescimento, mas que naturalmente atingiria uma zona de estabilidade. Quanto aos
503 Projetos de Inovação e/ou de Empreendedorismo Institucionalizados provenientes
504 das parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação, a meta era 5 projetos, e
505 chegaram a 11, sendo a maior parte proveniente do Ideathon, edital pensado para
506 esta finalidade. Assim que os projetos saíram do Ideathon (4 ou 6), saíram também
507 do PAP, explicou que eram projetos de pesquisa que apresentavam produtos, e por
508 meio desses projetos era possível fazer parceria; citou inclusive um dos projeto cuja
509 parceria era com a Receita Federal, também com edital próprio. Citou que em 2022
510 tiveram apenas três projetos nessa área e em 2023 conseguiram alavancar para onze
511 projetos no total. Quanto ao Percentual da Comunidade Interna e Externa acerca
512 das Ações de Pesquisa e Inovação, Juliana informou que o indicador era aferido com
513 base nos correspondentes da pesquisa aplicada pela na Comissão Permanente de
514 Avaliação — CPA. Informou que a meta era de 0.6, pois era um indicador que ia de
515 0 a 1, então 0.6 significaria 60% (sessenta por cento) de satisfação dos usuários;
516 disse que, depois de aplicado o score, chegaram a 80% de satisfação dos usuários,
517 uma média entre os segmentos discente, docente, TAE e comunidade externa.
518 Quanto ao percentual de estudantes envolvidos em atividades artísticas e culturais,
519 informou que a meta para 2023 era que 17% dos estudantes estivessem envolvidos
520 com alguma ação, atividade relacionada a arte e cultura, e chegaram ao percentual
521 em 2023 de 22,11%. Explicou que o indicador tinha como principal fonte de aferição
522 o Ifestival, evento realizado dentro do Identidade IFTO, e, além do Ifestival, era
523 aferido também pelos projetos individuais que os *campi* promoviam, as ações
524 individuais. Informou que a Pró-reitoria de Extensão era responsável por aferir esse
525 indicador. Observou o crescimento anual e o número maior de participações de
526 estudantes em atividades artísticas no Instituto. Quanto ao total de projetos de
527 ensino aprovados em edital de fomento, Juliana ressaltou que, assim como tinham
528 os editais de fomento para pesquisa e para extensão, o Instituto também promovia
529 editais para ofertar bolsas aos projetos de ensino, e que tiveram um crescimento na
530 linha histórica, chegando a 2023 com a maior margem de projetos fomentados por
531 meio de editais promovidos pela Pró-reitoria de Ensino: 43 projetos, sendo que a
532 meta para 2023 era de 35 projetos. Citou que dois editais foram publicados no
533 primeiro e no segundo semestre de 2023. Informou que a Taxa de Evasão também
534 era um indicador do TCU, e a polaridade desse indicador obviamente era, quanto
535 menor, melhor, pois queriam atingir um índice de evasão o mais baixo possível.
536 Informou que a meta para 2023 era de 16%, porém ainda não tinham conseguido
537 atingir essa meta, ficaram em 17,95%. Destacou mais uma vez uma distorção em
538 2019 e 2020. Informou que a Pró-reitoria de Ensino era responsável por esse
539 indicador e atribuía essa distorção a dois fatores: ao ingresso do primeiro ciclo de

540 turma do CREAD, que se deu naquele momento, e também ao Projeto Novos
541 Caminhos. Juliana destacou que em 2020 atingiram um índice de 21,43% no ano da
542 pandemia, lembrou que a evasão foi alta naquele ano em comparação a 2019, e que
543 podiam atribuir também esse acréscimo a um efeito pandêmico, mas que
544 paulatinamente observava-se que o indicador vinha caindo, uma queda de cerca de
545 6% em relação ao total de estudantes do ano anterior. Ressaltou que apesar de não
546 terem chegado à meta dos 16%, tinham potencial, pois a Instituição tinha políticas
547 de permanência e êxito, comissões que trabalhavam com essa temática,
548 assim, acreditava que era um indicador que, se seguissem ao passo da evolução, em
549 breve estariam dentro da meta que era esperada pelo TCU para esse indicador.
550 Quanto ao Índice de Retenção do Fluxo Escolar, Juliana informou que o TCU
551 monitorava tanto a evasão quanto a retenção e observou novamente uma distorção
552 no ano da pandemia, o que poderia causar estranheza porque o valor de 2020/2021,
553 que foi de 7,8% de retenção, era o menor índice histórico do IFTO, foi o menor índice
554 calculado. Explicou que esse fenômeno de redução, esse índice de retenção tão
555 baixo no ano de pandemia, foi contribuído por algumas ações. Informou que os
556 estudantes que não evadiram, que permaneceram, no ano de pandemia, o índice de
557 retenção também foi bem inferior; lembrou que naquele ano estavam ofertando o
558 ensino praticamente 100% remoto. Nesse sentido, acrescentou que, retomadas as
559 atividades presenciais em 2022, o índice subiu para 24%, e novamente disse que se
560 não levassem em consideração o ano da pandemia, a diferença causaria estranheza
561 (de 7,8 para 24,51); o aumento era devido ao retorno das atividades presenciais
562 acadêmicas, o retorno da normalidade. Disse que o índice de 24% se manteve
563 estável nos dois últimos exercícios. Reforçou que era um desafio para a
564 Instituição trabalhar com evasão e retenção escolar, logo, quanto menor
565 índice, melhor. Informou que o indicador Relação Candidato Vaga também era um
566 índice do TCU e que, de forma resumida, era a concorrência dos vestibulares
567 (inscritos por vaga). Citou que, para 2023, a expectativa era que tivessem três
568 inscritos por vaga ofertada no IFTO e que ficaram um pouco abaixo dessa meta, com
569 índice de 2.85. Observou que, entre 2022 e 2023, saíram de 1.71, que foi o resultado
570 de 2022, para 2,85. Mencionou o trabalho que estava sendo desenvolvido
571 especialmente pela Coordenação de Acesso Discente pela Pró-reitoria de Assuntos
572 Estudantis no sentido de viabilizar a divulgação dos seletivos, de promover e tentar
573 alavancar o número de inscritos; frisou que o número de inscritos maior significava
574 também uma seleção em que atingiriam um número de estudantes mais
575 qualificados para a Instituição. Reforçou que o aumento de inscritos entre 2022 e
576 2023 se deu em todos os níveis e em todas as modalidades: na graduação, saíram de
577 2.35 para 3.26, lembrou que era na graduação que tinham um nível de concorrência
578 mais elevado no IFTO. Nos níveis técnicos, tanto subsequente quanto
579 integrado, ficaram na média de 2,5 inscritos por vaga. Total de Bolsas de Projeto de
580 Iniciação Científica, quanto a este indicador, Juliana informou que dizia respeito ao
581 corpo discente, que era o público alvo dos projetos de iniciação científica, sendo que
582 a meta para 2023 era 100 estudantes contemplados, ou seja, 100 bolsas aportadas
583 no programa; e atingiram, em 2023, o número de 247(duzentos e quarenta e sete);
584 esse acréscimo também só foi possível devido ao aporte de recurso que o programa
585 recebeu no exercício anterior. A conselheira acreditava que em 2024 atingiriam
586 números bem próximos aos de 2023, mas destacou que houve um aumento
587 significativo tanto em relação a meta como aos exercícios anteriores; em 2022,
588 foram 118 bolsas do programa de iniciação científica. Apresentou um gráfico com a
589 origem do recurso, quem foram os fomentadores do pagamento da bolsa. Informou

590 que o Instituto Federal do Tocantins era responsável por 50% (cinquenta por
591 cento) do recurso que era direcionado para o Programa de Iniciação Científica, a
592 FAPT por 30,4% (trinta vírgula quatro por cento) e o CNPQ por 19% (dezenove por
593 cento) do aporte de recursos que viabilizou a oferta dessas bolsas. Quanto aos
594 Gastos com Contratos Continuados, Juliana informou que esse não era um indicador
595 do TCU, mas sim um indicador que o próprio Instituto definiu para acompanhar
596 quanto do seu recurso disponível para despesa era direcionado para custeio de
597 contratos continuados. Explicou que consideravam contratos continuados todos os
598 contratos: concessão de mão de obra, limpeza, vigilância ostensiva, motoristas,
599 todos os colaboradores, energia elétrica, água, almoxarifado virtual, atendimento
600 PCD (tradução e interpretação de Libras). Observou que ficaram acima da meta, que
601 era de R\$ 19.900.000,00 (dezenove milhões e novecentos mil reais) em 2023 e
602 ficaram com cerca de R\$ 23.400.000,00 (vinte e três milhões e quatrocentos mil
603 reais). Justificou que, no momento em que o PDI foi concebido, em 2019, parte
604 desses contratos não eram classificados como contratos continuados, a citar como
605 exemplo: o atendimento ao PCD; então, com o tempo, até para otimizar também a
606 gestão contratual no âmbito do IFTO, informou que alguns contratos passaram a ser
607 classificados como contratos continuados, por isso, tiveram esse acréscimo. Em
608 relação a 2022, mesmo com a repactuação dos contratos de cessão de mão de obra
609 na casa de 7%, informou que conseguiram reduzir um pouco graças ao trabalho de
610 otimizar esses poços e de tentar reavaliar o quadro de colaboradores. Destacou que
611 60% desse orçamento foi para as despesas com apoio administrativo, limpeza e
612 conservação, e vigilância ostensiva foram concessão de mão de obra. Juliana disse
613 que o indicador buscava aferir qual era o percentual de beneficiários que
614 abandonaram o curso, ou seja, tratava desse público específico (estudantes que
615 receberam algum benefício do Programa Nacional de Assistência Estudantil),
616 contabilizando quanto por cento deles abandonaram o curso no IFTO e quantos
617 permaneceram no ano de 2023. Informou que tiveram 4.126 estudantes que
618 participaram como beneficiários do programa e, desse total de mais de 4100,
619 apenas 14 abandonaram o curso. Destacou o protagonismo que a Assistência
620 Estudantil possuía no que diz respeito à permanência e êxito dos estudantes, de um
621 universo de mais de 4.100 estudantes, apenas 14, ao final do ano, estavam com a
622 condição de abandono ou evasão. Destacou que era um dado incrível, quem
623 trabalhava na área sabia o impacto que Assistência Estudantil trazia na vida dos
624 estudantes. Disse que a Proae apresentou o gráfico em que apenas 0,34% dos
625 estudantes que participaram do programa estavam na condição de evasão, além do
626 histórico acerca do orçamento do programa. Quanto ao Programa Nacional de
627 Alimentação Escolar — PNAE, que leva em consideração as matrículas no ensino
628 médio, informou que o valor era definido pelo próprio FNDE e vinha se mantendo
629 estável ao longo dos últimos anos. Quanto ao Plano Nacional de Assistência
630 Estudantil — PNAES, informou que sofreu um recuo entre 2021 e 2022, mas, em
631 2023, tiveram um aporte da SETEC de cerca de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais),
632 que ajudou a recompor e levar os valores próximos aos valores que eram praticados
633 em 2020, ou seja, estavam em um cenário de desatualização. Destacou que essa era
634 uma pauta importante e que estavam na expectativa de uma nova recomposição,
635 que o recurso era 100% executado e que um contingente de estudantes ainda não
636 conseguiam ser contemplados por conta da restrição orçamentária. Quanto ao
637 Índice de Satisfação dos Usuários de Estrutura Física, Juliana disse que levou esse
638 indicador para que os conselheiros tivessem conhecimento de que existia
639 monitoramento acerca da satisfação dos servidores e dos estudantes acerca da

640 infraestrutura. Informou que a Diretoria de Infraestrutura era responsável por
641 realizar essa pesquisa, e que no ano passado tiveram 199 (cento e noventa e
642 nove) respostas no formulário que avaliava, por segmento, a satisfação em relação
643 aos Laboratórios, às áreas de convívio, às salas administrativas, às salas de serviço
644 social, um formulário detalhado por tipo de infraestrutura. Pediu que fomentasse a
645 divulgação do formulário. Destacou a importância da Instituição ter esses
646 dados; informou que esse era um indicador que não possuía meta dentro do
647 PDI, funcionando numa escala de 0 a 5 e que chegaram a 3.72. Reforçou que todos
648 estavam conscientes das melhorias que tinham pela frente, disse que era um cenário
649 também de desafio em relação a investimento, mas que acreditava que numa
650 perspectiva de crescimento, à medida que estavam conseguindo viabilizar mais
651 obras e reformas dentro da Instituição. Informações Orçamentárias Financeiras e
652 Contábeis constituíam os dados de gestão de pessoas: quantos servidores
653 ingressaram no IFTO, quantos solicitaram exoneração, quantos contratos de
654 professores substitutos foram feitos em 2023; trazia também um apanhado, um
655 retrato do corpo dos servidores do IFTO em relação a sexo, idade, faixa etária;
656 informações quanto ao parque computacional do IFTO, quantas unidades tiveram
657 renovação, qual foi o investimento. Na sessão sobre a dotação orçamentária do
658 IFTO, Juliana apresentou como foi a execução orçamentária no ano de 2023, através
659 de um comparativo entre 2022 e 2023; nesse ponto, o IFTO, de um modo geral, teve
660 um acréscimo de cerca de 12% (doze por cento) na dotação orçamentária, o que
661 poderia causar estranheza para alguns colegas (como cresceram o orçamento, se
662 parecia que houve uma redução?). Explicou que o orçamento incluía o orçamento de
663 pessoal, de despesas obrigatórias, que diz respeito à remuneração dos servidores e
664 também à aposentadoria dos servidores que estavam inativos; e essa parcela
665 ocupava mais de 70% do orçamento, justificando o crescimento, mas não o
666 crescimento no segmento de despesas discricionárias, o qual diz respeito a
667 investimento, custeio e Assistência Estudantil. Informou que a variação, no final do
668 ano, chegou próximo de 12% a mais; e lembrou que, ano anterior, tiveram um
669 reajuste no auxílio alimentação e um reajuste na remuneração, que teve um impacto
670 também significativo nesse acréscimo de 12%. Apresentou um quadro que, de
671 acordo com ela, era um retrato das despesas empenhadas para que visualizassem o
672 impacto de cada grupo. Explicou que o primeiro grupo que estava em azul — pessoal
673 e encargos sociais — travava-se da remuneração e também das despesas
674 previdenciárias dos servidores; destacou que ele ocupava 76% do bolo de
675 orçamento que o IFTO recebia. Quanto à parcela laranja, informou que se tratava de
676 outras despesas correntes (custeio, assistência estudantil e alguns auxílios que os
677 servidores recebiam). Disse que algumas despesas de pessoal era classificada como
678 outras despesas, e citou como exemplo: o per capita saúde suplementar e o auxílio
679 creche, que não entravam na fatia azul, mas sim na laranja, e ficaram com
680 21%. Quanto às Despesas de Investimento, informou que era um recurso de capital
681 (aquilo que conseguiam comprar), equipamento e fazer obra ficaram em 3% que só
682 foram possíveis graças à captação de recursos externos. Destacou que não tinham
683 na LOA do IFTO R\$ 9.400.000,00 (nove milhões quatrocentos mil reais), disse que foi
684 por meio de TED, algum convênio ou emenda. Questionou se os conselheiros
685 percebiam a distorção, pois ao citar um acréscimo de 12% no orçamento total, a
686 totalidade desses 12% estavam direcionados para despesas com pessoal e encargos
687 sociais. O presidente lembrou que havia feito destaque no grupo de *WhatsApp*,
688 como justificativa de que o documento recebido pelos conselheiros para análise do
689 relatório ainda não estava diagramado na forma final. Informou que se tivessem

690 alguma sugestão de alteração no documento seria acolhida e que a equipe de
691 comunicação teria até a próxima sexta-feira para concluir, situação fruto da
692 sobrecarga de trabalho, faltava pessoal e sobrava demandas. O conselheiro José
693 Reinaldo parabenizou Juliana e sua equipe pela apresentação. Disse que estava
694 curioso para saber quantos indicadores eram, já que Juliana havia comentado que
695 eram mais de cinquenta. Destacou a riqueza do material apresentado e disse que
696 alinharia com a presidente Márcia o quanto poderiam, de forma integrada Sesi e
697 SENAI, analisar alguns indicadores do IFTO de modo a contribuir principalmente para
698 a retenção do aluno. Disse que seria interessante a equipe do SENAI desenvolver um
699 *workshop* para a troca de boas práticas, inclusive o que o presidente tinha levado
700 para a última reunião do Conselho do SENAI (algumas ideias). Disse que o grande
701 desafio para todas as Instituições era trabalhar com a mudança de *mindset* do novo
702 alunado da geração Y que vinham enfrentando principalmente após a pandemia. O
703 presidente respondeu que eram 53 indicadores ao todo. A conselheira Cristieley
704 parabenizou a Juliana pela apresentação, e pontuou que para apresentação do
705 Relatório de Gestão 2024, quanto à participação mais efetiva dos egressos que ela e
706 a Ana Rafaela, representantes do segmento, dariam apoio mobilizando os egressos
707 para que tivessem números mais próximos da realidade do IFTO e de forma mais
708 efetiva. O conselheiro parabenizou Juliana pela apresentação e fez a observação de
709 que na página 46 tinha um nome de um curso do *Campus* Paraíso do Tocantins que
710 estava errado. O conselheiro Josuan parabenizou a atividade de macro e micro
711 gestão porque sabia como era o relatório de gestão, pois enquanto o servidor
712 levantava os dados era intenso o trabalho que a gestão tinha. Ao lembrar de quando
713 o presidente falou da implantação do novo *campus*, apontou que tinham de
714 trabalhar com planejamento estratégico bem aquém do ideal, considerando que
715 tinham determinação de um *campus* do qual ainda estavam na espera de vários
716 dados. Parabenizou a forma de amostragem de dados e considerou que a
717 composição do Conselho Superior era interessante porque agregava vários âmbitos
718 da sociedade e permitia exceções de várias vertentes sociais. Informou que já tinha
719 sido, por determinado tempo, representante do IFTO no Conselho de Igualdade e
720 Promoção Racial em âmbito estadual e municipal; e percebeu no relatório de
721 gestão, em dois âmbitos de dados, uma amostragem a partir da diversidade, que era
722 uma questão do planejamento estratégico do plano premiado do governo federal: o
723 incentivo à promoção da igualdade e da diversidade. Disse que, quanto à questão
724 dos egressos e servidores, há o recorte de igualdade de gênero mas não viu o
725 recorte da igualdade racial, que provavelmente, no formulário, os dados teriam sido
726 obtidos. Juliana informou que, até algum tempo, a informação acerca da raça dos
727 servidores não era obrigatória, mas que a gestão de pessoas vinha fazendo um
728 trabalho no sentido de tentar catalogar esses dados. Disse que a informação,
729 obviamente, era alto declaratória, então precisavam realmente da adesão dos
730 servidores. Informou que ainda não conseguia aferir com precisão por falta de
731 participação e de informação no cadastro dos servidores. Cristieley disse que talvez, a
732 partir da atualização cadastral, conseguissem a informação, porque já constava essa
733 opção. O presidente agradeceu à Juliana pela apresentação, parabenizou a ela, ao
734 Diogo e a toda a equipe pela condução dos trabalhos e produção do relatório.
735 Destacou que, a partir da leitura na íntegra dos indicadores, os conselheiros
736 entenderiam que a Instituição tinha vários desafios, que a apresentação da Juliana
737 foi apenas o recorte principal para apresentar o desafios da evasão e da retenção,
738 que era um problema grande dentro da instituição e que se desdobrava em vários
739 outros aspectos institucionais. Reforçou a importância da preparação para

740 elaboração do novo PDI, em que a instância final de deliberação sobre o novo PDI
741 era o Conselho Superior, que seguiria com discussões nas comunidades, depois da
742 elaboração da minuta que seria enviada para o Conselho. Quanto à relação do PDI
743 com o Relatório de Gestão, o presidente explicou que o PDI era o planejamento
744 estratégico para o horizonte de 5 (cinco) anos na Instituição, e o Relatório de Gestão
745 trazia o desempenho da instituição a cada um desses anos, do ciclo de cinco anos,
746 previstos no PDI. Informou que quem previu cada um dos 53 indicadores foi o PDI de
747 2020. Assim, com a elaboração do novo PDI, teriam condição de prever novos
748 indicadores ou ratificarem os que já constavam, além de revisarem a missão, visão
749 e valores da Instituição. Destacou a importância de compreender o relatório de
750 gestão, observando a perspectiva histórica de construção, de evolução do
751 indicador para definir se aquele aspecto ainda deveria ser observado ou não pela
752 Instituição. Destacou que o Conselho seria a instância chanceladora do documento
753 que estava sendo produzido. Após apresentação, o item foi submetido à votação,
754 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação
755 do ponto sete, a saber: convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº
756 103, de 19 de fevereiro de 2024, que autorizou, *ad referendum*, a implantação do
757 curso Técnico em Agricultura integrado ao ensino médio ofertado
758 pelo *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, do Instituto Federal de Educação, Ciência
759 e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23235.001648/2024-21. O
760 presidente justificou que o curso havia sido aprovado em tempo recorde no *Campus*
761 Lagoa da Confusão em função da publicação dos critérios de conversão dos *campi*
762 avançados, que tinham o perfil de 20 (vinte) professores e 13 (treze) técnicos
763 administrativos, abrindo a possibilidade de converterem em um *campus* de 40
764 (quarenta) professores e 26 (vinte e seis) técnicos. Contudo, explicou que um dos
765 critérios exigidos para a migração era a oferta do ensino médio integrado, e o
766 *Campus* Avançado Lagoa da Confusão era o único que não ofertava, por isso, refez
767 seu planejamento interno, pois a perspectiva era abrir uma segunda turma de
768 Engenharia Agrônômica a partir do meio do ano. O *Campus* se reorganizou quanto
769 aos códigos de vagas que tinha para iniciar a oferta imediata, o que permitiria, a
770 partir do meio do ano, a alteração de formato. Informou que, em função disso e do
771 tempo para iniciar a turma ainda naquele semestre, é que justificou a resolução *ad*
772 *referendum*. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido
773 aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto
774 oito, a saber: convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 104, de 23
775 de fevereiro de 2024, que nomeou, *ad referendum*, os membros titulares e
776 suplentes do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e
777 Tecnologia do Tocantins, biênio 2024/2025, conforme Processo
778 nº 23235.004663/2024-21. O presidente adiantou a justificativa das duas outras
779 convalidações referentes à nomeação por conta de equívoco na hora da publicação
780 do documento (falta da inclusão da representação da FIETO e depois pela inclusão
781 da representação com o nome equivocado, SENAI e não FIETO). Após apresentação,
782 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
783 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto nove, a saber: Convalidação da
784 Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 105, de 28 de fevereiro de 2024, que
785 retificou, *ad referendum*, a Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 104, de 23 de
786 fevereiro de 2024, que nomeou os membros titulares e suplentes do Conselho
787 Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, biênio
788 2024/2025, conforme Processo nº 23235.004663/2024-21. Após apresentação,
789 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na

790 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto dez, a saber: Convalidação da
791 Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 106, de 5 de março de 2024, que
792 nomeou, *ad referendum*, a servidora Rosana Sara da Silva Brito, matrícula Siape nº
793 1727107, ocupante do cargo de auditor, para exercer o cargo de chefe da Unidade
794 de Auditoria Interna, código CD-4, da Unidade de Auditoria Interna do Conselho
795 Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
796 conforme Processo nº 23235.004880/2024-11. Josuan informou que o processo, por
797 conter informações pessoais, estava restrito, no entanto, considerando a
798 necessidade de análise desses processos de forma deliberativa, sugeriu o
799 procedimento da LGPD e que fossem autorizados aos conselheiros, mediante os
800 termos de responsabilidade própria e pessoal de cada um para o acesso aos
801 processos, e não inviabilizar a análise na deliberação. Disse que, provavelmente, no
802 caso da deliberação em pauta não teriam reflexos mais complexos, mas que, em
803 alguns casos de recursos de servidores que demandavam maior análise, o ponto
804 poderia ser retirado de pauta com vistas para análise dos conselheiros. O presidente
805 pediu aos conselheiros que, sempre que tivessem algum problema com o acesso aos
806 documentos, manifestassem no grupo para que, o mais célere possível, fosse dado o
807 acesso. Ressaltou que qualquer ponto apresentado que os conselheiros não se
808 sentissem confortáveis poderiam se manifestar quanto à retirada de pauta. Após
809 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
810 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto onze, a
811 saber: convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 107, de 7 de
812 março de 2024, que exonerou, *ad referendum*, o servidor Carlos Frederico de Sousa
813 Costa Gomes, matrícula Siape nº 1862251, ocupante do cargo de auditor, do cargo
814 de chefe da Unidade de Auditoria Interna, código CD-4, da Unidade de Auditoria
815 Interna do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
816 do Tocantins, conforme Processo nº 23235.004880/2024-11. Após apresentação,
817 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
818 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto doze, a saber: convalidação da
819 Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 108, de 13 de março de 2024, que
820 retificou, *ad referendum*, a Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 105, de 28 de
821 fevereiro de 2024, que retificou, *ad referendum*, a Resolução *ad*
822 *referendum* CONSUP/IFTO nº 104, de 23 de fevereiro de 2024, que nomeou os
823 membros titulares e suplentes do Conselho Superior do Instituto Federal de
824 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, biênio 2024/2025, conforme Processo
825 nº 23235.004663/2024-21. Após apresentação, o item foi submetido à votação,
826 tendo sido aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o
827 presidente agradeceu novamente a presença de todos, e eu, Rosseane Elysa Ferreira
828 Barbosa, secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e
829 aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho e pelos membros
830 deste Conselho que compareceram à reunião.
831



Documento assinado eletronicamente por **Edson Leite Apinage, Conselheiro**, em 05/11/2024, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Irany Iva dos Santos Dias, Conselheira**, em 05/11/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo da Silva Paz Neto, Conselheiro**, em 05/11/2024, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edmar Vinicius de Carvalho, Conselheiro**, em 05/11/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Cesar de Sousa, Conselheiro**, em 05/11/2024, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Cabral Neto, Conselheiro**, em 05/11/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erica Ribeiro de Sousa Simonetti, Conselheira**, em 05/11/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonia Isirlane Silva Nascimento, Conselheira**, em 06/11/2024, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milene Lopes dos Santos Queta, Conselheira**, em 06/11/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Vítor Bonini de Alcantara, Conselheiro**, em 06/11/2024, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilvan Vieira Moura, Conselheiro**, em 07/11/2024, às 07:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Alves Machado, Conselheiro**, em 07/11/2024, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Corombert Leão de Oliveira, Conselheiro**, em 07/11/2024, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Guanamar Soares de Sousa, Conselheira**, em 08/11/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rafaela Bezerra Cavalcante de Sousa, Conselheira**, em 09/11/2024, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josuan de Carvalho da Cunha, Conselheiro**, em 11/11/2024, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, Conselheira**, em 11/11/2024, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kiara Souza dos Reis Cavalcante, Conselheira**, em 11/11/2024, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Peixoto Soares da Silva, Conselheira**, em 11/11/2024, às 21:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Gabriel Ribeiro da Silva, Conselheiro**, em 12/11/2024, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ferreira de Queiroz, Presidente Substituta**, em 12/11/2024, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilissanne Marcelly de Sousa, Conselheira**, em 12/11/2024, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Carvalho de Souza Timoteo, Conselheiro**, em 14/11/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Rodrigues de Paula, Conselheira**, em 18/11/2024, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 18/11/2024, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2330720** e o código CRC **AF9AC186**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.006755/2024-45

SEI nº 2330720